



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO**  
**ORDENADORIA DA DESPESA**

Cais do Apolo nº 739 – 3º andar - Recife – PE – CEP: 50030-902  
Fone: (81) 3225-3226/3225-3455

Referência: **PROAD n.º 12007/2025**

**Objeto:** Inscrição de 02 (dois) servidores no curso denominado "*Obras Públicas e Manutenção Predial para o Poder Judiciário - De Acordo com as Resoluções CNJ 114/2010 e CSJT 70/2010*", na modalidade on-line (ao vivo). INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. Adjudicação e homologação dos procedimentos.

**Empresa indicada: JMA TREINAMENTOS E SOLUÇÕES PÚBLICAS LTDA (PREMIER TREINAMENTOS)**

Cuida-se de contratação direta, mediante processo administrativo na modalidade **INEXIGÍVEL, com fulcro no artigo 74, inciso III, alínea "f", da Lei n.º 14.133/21**, que culminou na indicação da empresa em epígrafe, visando à inscrição de 02 (02) dois servidores, lotados na Coordenadoria de Engenharia de Manutenção (CEMA) deste Órgão, no curso intitulado "*Obras Públicas e Manutenção Predial para o Poder Judiciário - De Acordo com as Resoluções CNJ 114/2010 e CSJT 70/2010*", que será realizado na modalidade on-line (ao vivo), **no período de 30 de junho a 02 de julho de 2025**, com duração total de 24 (vinte e quatro) horas, conforme o Documento de Formalização de Demanda (fls.3/4) e o Termo de Referência (fls.64/83), o qual foi aprovado pela Desembargadora Diretora da Escola Judicial deste Regional.

O processo em questão foi instruído com a indicação de disponibilidade orçamentária e respectiva emissão de pré-empenho (fls.98/99).

A Desembargadora Diretora da Escola Judicial do TRT6, reconheceu a inexigibilidade da licitação e autorizou a contratação direta com a empresa em referência (fl.123), com base no opinativo da Diretoria-Geral (fls.116/122).

A empresa indicada encontra-se regularizada no tocante aos recolhimentos dos encargos fiscais, sociais, CNDT, e CNJ (fls.102 e 111).

Ao promover o exame dos atos e procedimentos levados a efeito neste processo administrativo até à fl.124, entendo que os aspectos relacionados à formalidade e à legalidade foram devidamente observados.

**Ante o exposto, ADJUDICO** o objeto de que trata o presente processo, com a conseqüente **HOMOLOGAÇÃO** dos procedimentos, bem como **AUTORIZO** a emissão de empenho, do tipo **ORDINÁRIO**, no valor total de **R\$7.180,00 (sete mil, cento e oitenta reais)**, na fonte **1000** e classificação de despesa **3390.39.48**, em nome da empresa **JMA TREINAMENTOS E SOLUÇÕES PÚBLICAS LTDA**, observando-se, rigorosamente, os preceitos legais contidos na Lei n.º 4.320/64 e legislação correlata.

À SOF para emissão de empenho.

Recife, data conforme assinatura eletrônica.

**SÉRGIO SANTOS DE LUCENA E MÉLO**

Diretor da Secretaria da Ordenadoria da Despesa